

**ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DOS OBJETIVOS DO SISTEMA
INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL –
SIAFI: A PERCEPÇÃO DOS SERVIDORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO GRANDE DO NORTE**

Liliane Arruda Silva de Menezes Fagoni¹

Joana Darc Medeiros Martins²

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi investigar qual a percepção dos servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte sobre a utilização do SIAFI, no que diz respeito à adequação do referido sistema aos objetivos a que se propõe, bem como à observação de pontos positivos e negativos no seu uso. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionário. Os dados foram coletados no mês de outubro de 2019, na reitoria da UFRN, sendo o instrumento de pesquisa aplicado com servidores públicos que utilizavam o SIAFI e atuavam junto ao Departamento de Contabilidade e Finanças, bem como na Coordenadoria de Convênios de Despesa e na Coordenadoria de Convênios de Receita da referida autarquia. Os dados foram tabulados e organizados no programa de planilha eletrônica *Microsoft Office Excel*. Foi realizada análise descritiva, de uma forma geral, e análise de conteúdo para as questões abertas. Os resultados sugerem que é necessário promover melhorias nos objetivos de agilização da programação

¹ Acadêmico do Curso de Especialização em Gestão Fiscal e Tributária do Centro Universitário do Rio Grande do Norte. E-mail: liliane_18_menezes@hotmail.com.

² Professor Orientador do Curso de Especialização em Gestão Fiscal e Tributária do Centro Universitário do Rio Grande do Norte. E-mail: joanadarc@unirn.edu.br.

financeira e de padronização de métodos e rotinas de trabalho, bem como averiguar se há treinamento adequado para os usuários, a fim de resolver as dificuldades na maneira de operar o sistema.

Palavras-chave: SIAFI. Objetivos. Melhorias.

**ANALYSIS OF THE USE AND SUITABILITY OF THE GOALS OF THE
INTEGRATED FEDERAL GOVERNMENT FINANCIAL ADMINISTRATION
SYSTEM - SIAFI: THE PERCEPTION OF RIO GRANDE DO NORTE FEDERAL
UNIVERSITY SERVERS**

ABSTRACT

The objective of this research is investigate the perception of servers from Universidade Federal do Rio Grande do Norte about the use of SIAFI, regarding the adequacy of referred system to the objectives, as well as the observation of positive and negative points in its use. The data collection instrument was the questionnaire. The data were collected in October 2019, at UFRN rectory, and the research instrument applied to public servants SIAFI users and working with the Department of Accounting and Finance, as well as the Coordination of Expense Agreements and the Coordination Revenue Agreements of the aforementioned municipality. Data were tabulated and organized in the Microsoft Office Excel spreadsheet program. Descriptive analysis was performed, in general, and content analysis for open questions. The results suggest that it is necessary to promote improvements in the objectives of streamlining financial programming and standardization of methods and work routines, as well as to ascertain if there is adequate training for users in order to solve the difficulties in how the system operates.

Keywords: SIAFI. Goals. Improvements.

1 INTRODUÇÃO

A tecnologia da informação possibilitou que pessoas, grupos e organizações passassem a gerir suas informações com eficiência e eficácia. São inúmeras as informações que circulam nas redes internas das empresas, bem como através da internet, e a vasta disponibilidade de tecnologia a um custo acessível mudou a maneira de se adquirir, armazenar, processar e transmitir essas informações (GORDON; GORDON, 2006).

Na era da informação e do conhecimento, os mercados globais são impulsionados a uma diretriz de uniformização, onde as forças motrizes são as tecnologias de comunicação (transmissão de informações) e da computação (processamento das informações). Neste cenário digital, impensável há poucas décadas, gestores necessitam remodelar seus processos e modelos de gestão numa velocidade nunca vista (PRADO; SOUZA, 2014).

A economia está cada vez mais eletrônica e os gestores podem tirar vantagem disso para melhorar a rentabilidade dos negócios, utilizando-se da redução de custos, do aumento da velocidade e da flexibilidade oferecida (GORDON; GORDON, 2006).

A tecnologia da informação que foi inicialmente aplicada a procedimentos rotineiros, encontra-se diante de um desafio crescente de proporcionar aos tomadores de decisão a apresentação de informações atuais e confiáveis. De um lado a evolução tecnológica oferece os recursos que podem garantir confiabilidade e segurança e de outro, as organizações colocam as informações, os processos e recursos humanos em posição estratégica (PACHECO; TAIT, 2000).

De acordo com Araujo, Reinhard e Cunha (2018), há anos o governo vem utilizando de maneira ativa os recursos das tecnologias da informação e comunicação – TIC para oferecer melhorias na gestão e operação de processos assim como no aumento da oferta de serviços ao cidadão e melhorias em qualidade e efetividade dos mesmos.

Conforme explicam Diniz et al. (2009, p. 27), “O uso estratégico das TICS como elemento viabilizador de um novo modelo de gestão pública evoluiu para o que hoje é chamado de governo eletrônico”. Estes autores elucidam que o governo

eletrônico está apoiado numa nova visão de uso da tecnologia na prestação de serviços públicos, modificando o modo de relacionamento do governo com o cidadão, empresas e outros governos.

Braga et al. (2008 *apud* BALBE, 2010) explicam que, para as Nações Unidas, o governo eletrônico abrange virtualmente todas as aplicações e plataformas de TIC usadas no setor público.

A história do governo eletrônico no Brasil está diretamente ligada ao desenvolvimento dos serviços de informática pública, oferecidos pelas empresas estaduais e municipais de processamento de dados, iniciado nos primeiros anos da década de 1960. Como na área privada, o uso de TIC foi encabeçado pelo setor financeiro, sendo as empresas de prestação de serviços de informática pública criadas inicialmente para processamento de dados e informações de natureza fiscal, em geral para a gestão de receitas e controle das despesas do governo (DINIZ et al., 2009, p. 35).

A partir dessa demanda a informática na gestão pública evoluiu ao longo do tempo com o objetivo de entregar múltiplos serviços ao cidadão em diversos canais de acesso.

A ampliação do ensino público à distância, a virtualização de sistemas do poder judiciário, bem como a utilização de sistemas eletrônicos na gestão de recursos no âmbito da administração pública são exemplos de governo eletrônico.

O Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI é a principal ferramenta utilizada para registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial. Este sistema foi criado para auxiliar a Secretaria do Tesouro Nacional – STN em sua missão de gerenciar as contas públicas de forma eficiente e transparente.

Dessa maneira, abordando a utilização dos sistemas de informações de maneira estratégica na gestão pública, particularmente no que diz respeito ao orçamento, à contabilidade e às finanças, cabe questionar: ***Qual a percepção dos servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte sobre a utilização e adequação dos objetivos do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI?***

Considera-se, neste trabalho, a questão-problema supracitada relevante, visto que o SIAFI é indispensável ao controle e acompanhamento dos gastos públicos, sendo necessário investigar se o referido sistema apresenta dificuldades

na sua utilização e no fornecimento de informações aos seus usuários. É de suma importância avaliar as ferramentas criadas com o objetivo de oferecer melhorias para a gestão pública, sob a perspectiva de seu impacto para sociedade.

O presente trabalho tem como objetivo geral investigar qual a percepção dos servidores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte sobre a utilização do SIAFI, no que diz respeito à adequação do referido sistema aos objetivos a que se propõe, bem como à observação de pontos positivos e negativos no seu uso.

São objetivos específicos deste estudo:

1. Identificar vantagens na utilização do SIAFI constatadas pelos servidores;
2. Identificar desvantagens na utilização do SIAFI constatadas pelos servidores;
3. Verificar quais, dentre os seguintes objetivos a que se propõe o SIAFI, de acordo com a STN (2019), são visualizados pelos servidores na utilização do sistema:
 - ✓ prover mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial aos órgãos da Administração Pública;
 - ✓ fornecer meios para agilizar a programação financeira, otimizando a utilização dos recursos do Tesouro Nacional, através da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal;
 - ✓ permitir que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais destinadas a todos os níveis da Administração Pública Federal;
 - ✓ padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos, sem implicar rigidez ou restrição a essa atividade, uma vez que ele permanece sob total controle do ordenador de despesa de cada unidade gestora;
 - ✓ integrar e compatibilizar as informações no âmbito do Governo Federal;
 - ✓ permitir o acompanhamento e a avaliação do uso dos recursos públicos;
 - ✓ proporcionar a transparência dos gastos do Governo Federal.

É importante mencionar que dois objetivos elencados pela STN (2019) não foram incluídos nos objetivos específicos porque são de difícil aplicação à UFRN.

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, inicialmente foi realizada uma revisão de literatura compreendida no Capítulo 2, que foi subdividido em 5 (cinco) seções, conforme esclarecido a seguir.

A primeira seção apresentou os conceitos de dado, informação, tecnologia da informação e sistemas de informação. Explanou também sobre como as organizações usam as informações e sobre as facilidades oferecidas pelas tecnologias de informação. Por fim, discutiu a respeito dos tipos de sistemas de informação.

A segunda seção abordou a evolução da tecnologia da informação na esfera pública estabelecendo uma relação entre o processo de reforma do aparelho estatal e as eras de desenvolvimento da informática.

A terceira seção tratou do conceito de governo eletrônico e discorreu sobre a Estratégia de Governança Digital.

A quarta seção versou sobre a criação e evolução do SIAFI desde a década de 80, enquanto a quinta seção discutiu a estrutura do referido sistema mencionando características gerais, amplitude e subsistemas.

No Capítulo 3 consta a metodologia da pesquisa. O Capítulo 4 apresenta os resultados e o Capítulo 5 as principais conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Administradores lidam com informação constantemente em seu trabalho. E o que vem a ser informação? “Definimos **informação** como dados processados – dados que foram organizados e interpretados e possivelmente formatados, filtrados, analisados e resumidos” (GORDON; GORDON, 2006, p. 4, grifo do autor).

E o que são dados? “Definimos **dado** como fatos, valores, observações e medidas que não estão contextualizadas ou organizadas” (GORDON; GORDON, 2006, p. 4, grifo do autor).

Assim, pode-se entender que os dados são o aspecto “bruto” dentro do conceito de informação, podendo ser, por exemplo, letras, imagens, números, entre outros, desprovidos de significado.

De acordo com Prado e Souza (2014, p. 5, grifo do autor), o termo Tecnologia da Informação – TI “[...] representa os componentes de *hardware* e *software* de um sistema[...]”. Gordon e Gordon (2006) incluem ainda no conceito de TI os sistemas de gerenciamento de banco de dados e tecnologias de comunicação de dados.

Observe agora a definição de Sistemas de Informação - SI:

Um SI (Sistemas de Informação) pode ser entendido como um conjunto inter-relacionado de partes ou elementos que coleta, processa, armazena e distribui informações, de forma organizada e coordenada, para apoiar a tomada de decisões (PRADO; SOUZA, 2014, p. 5).

É importante não confundir os conceitos de TI e SI. O termo SI possui uma conotação ampla, sendo, muitas vezes, usado no lugar de TI. Mas quando é o inverso que acontece, mostra-se uma abordagem de síntese de importantes elementos corporativos.

“Um **sistema de informações** combina tecnologia da informação com dados, procedimentos para processar dados e pessoas que coletam e usam os dados [...]” (GORDON; GORDON, 2006, p. 7, grifo do autor).

Conforme explicam Gordon e Gordon (2006), as organizações usam as informações de três maneiras diferentes: como um recurso, como um ativo ou como um produto.

- ✓ Como um recurso: a informação pode ajudar, por exemplo, a reduzir necessidades de novos investimentos e a atender de maneira mais rápida pedidos urgentes dos clientes; assim, funciona como um insumo na produção de bens e serviços.
- ✓ Como um ativo: a informação pode ser visualizada como um investimento com valor estratégico que oferece vantagem competitiva.

- ✓ Como um produto: a informação pode ser vendida, como produto ou serviço ou ainda como componente embutido em um produto.

É importante destacar como o uso da tecnologia de coleta de informações pode tornar mais fácil o desempenho de várias funções dos gestores de uma organização. Observe o Quadro 1 abaixo, que a partir da visão de Gordon e Gordon (2006) evidencia como isso funciona.

Quadro 1 – Os gestores e os sistemas de informações

Função do gestor	Informações
Coletar informações e monitorar o ambiente	Os sistemas de informações colaboram na coleta e revisão de informações do ambiente interno e externo à organização.
Compartilhar informações	As informações são compartilhadas com subordinados, seus pares, supervisores ou pessoas de fora de organização. Exemplos: tendências da indústria, desenvolvimentos tecnológicos e requisitos de mercado. Podem ser usados sistemas eletrônicos para isso.
Liderar, motivar e orientar empregados	Estabelecimento de uma estrutura formal de prestação de contas e um sistema de responsabilidade entre os empregados.
Tomar decisões e planejar	Decisões diversas, tais como: definição de objetivos e estratégias; quantidade e tipo de empregados; alternativas disponíveis e respectivos custos e benefícios; etc.
Distribuir e negociar recursos	Os sistemas de informações podem fornecer aos gestores as informações de que eles necessitam para melhorar a alocação de recursos, tais como: designação de pessoas para tarefas; destinação de dinheiro e materiais para pessoas e departamentos; organização do uso do tempo dos empregados; etc.
Resolver problemas e desenvolver respostas estratégicas	Como agentes de mudança, os gestores precisam de dados tanto sobre trabalhadores como de outros gestores, os recursos disponíveis para a mudança, além de resultados de mudanças semelhantes ocorridas em outras situações.
Instituir controle	A fim de antecipar e solucionar os problemas e desafios organizacionais, os gestores estabelecem padrões e métodos para a medição do desempenho, avaliam o desempenho e o comparam com os padrões estabelecidos.

Fonte: Adaptado de Gordon e Gordon (2006).

De acordo com Laudon e Laudon (2010), existe um tipo diferente de sistema de informação para cada nível de gerência dentro de uma organização. Assim, podem ser classificados como: sistemas de processamento de transações, sistemas de informações gerenciais, sistemas de apoio à decisão e sistemas de apoio ao executivo.

Os Sistemas de processamento de transações – SPTs realizam e registram transações rotineiras necessárias ao funcionamento organizacional, tais como folha de pagamento, registro de funcionários e entradas de dinheiro. São utilizados principalmente por gerentes operacionais, os quais precisam desses sistemas para monitorar tanto operações internas como as relações da empresa com o ambiente externo.

Os softwares contábeis ou de registro de vendas são exemplos de SPT, em que são lançadas informações comuns do dia a dia.

Os Sistemas de informações gerenciais – SIGs atendem aos gerentes de nível médio e proporcionam relatórios sobre o desempenho da organização. Utilizam dados básicos de transações obtidos de SPTs. Normalmente atendem à demanda de informações semanais, mensais e anuais.

Através de um SIG, é possível, por exemplo, que um gerente adquira relatórios periódicos e estruturados sobre os indicadores de desempenho de seu setor ou obtenha informações a respeito de fatos excepcionais, como clientes que excederam limites de crédito nos últimos meses ou uma filial que vem apresentando faturamento inferior ao usual. Dessa maneira, a utilização de um SIG pode proporcionar ao gestor tomar decisões de maneira confiável e rápida, pautadas em critérios objetivos.

Os Sistemas de apoio à decisão – SADs também são destinados aos gerentes de nível médio, porém são utilizados para auxiliar na tomada de decisões não usuais. Focam em problemas únicos para os quais não há um procedimento de resolução completamente predefinido.

Os Sistemas de apoio ao executivo – SAEs abordam questões estratégicas e tendências de longo prazo, ajudando a gerência sênior a tomar decisões. São

projetados para incorporar dados sobre eventos externos, mas também adquirem informações do SIG e SAD internos.

De acordo com Laudon e Laudon (2010), há ainda outros sistemas que abrangem toda a empresa, promovendo integração de diferentes formas no ambiente organizacional, são eles: aplicativos integrados (sistemas integrados, sistemas de gestão da cadeia de suprimentos, sistemas de gestão do relacionamento com o cliente e sistemas de gestão do conhecimento), intranets, extranets, e-business, e-commerce e e-government.

2.2 EVOLUÇÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA

Para compreender a evolução dos modelos de tratamento da TI nas organizações públicas, pode-se organizar tal reflexão em torno de três doutrinas principais, são elas: Novo Gerencialismo Público – NPM, Administração Pública Societal – SPA e Governança da Era Digital – DEG. Bem como estabelecer uma relação entre estas e as eras de desenvolvimento informático. Assim, de acordo com a visão de Cepik, Canabarro e Possamai (2010), será explicado como ocorreu tal evolução.

Inicialmente, a utilização da TI demandava alto custo para o orçamento público. Progressivamente, com a redução dos custos nas décadas de 1960 a 1970 novas ferramentas de informática foram adotadas. As características marcantes foram a centralização da gestão de TI e o controle baseado em tecnologias de *mainframe*. Esse modelo de gestão foi contemporâneo à administração pública do tipo burocrática.

Aos poucos, essa redução de custos aliada ao surgimento dos computadores pessoais fez com que a TI e a informação passassem a ser tratadas como recursos organizacionais e ferramentas estratégicas, ocorrendo a descentralização da gestão da tecnologia. Entretanto, na década de 1990 a TI permaneceu com seu caráter de busca de eficiência. Esse modelo coincide com as reformas gerencialistas do NPM.

Com a era da Internet, surgiram amplas redes de compartilhamento de informação, mudando a ênfase de tratamento da TI, que passou da gestão física e da informação para a gestão do conteúdo da informação. Tal modelo refletiu os primeiros passos no sentido da governança, meta dos defensores da SPA.

Começaram a surgir discursos no sentido de utilizar a TI para tornar órgãos governamentais mais responsivos e orientados à prestação de serviços, e não apenas em busca da eficiência. A partir de então abriram-se as portas para a era digital, em que a TI passou a ser enxergada com um papel central nos sistemas e processos administrativos. Ocorreu a adequação de práticas já consagradas no setor privado à realidade do setor público. Instalou-se então a Governança da Era Digital.

Sobre o processo de reforma do aparelho estatal, pode-se compreender que aconteceu da seguinte forma:

- ✓ Ao longo do século XX, desenvolvimento da administração pública burocrática baseada em leis, regulações e rotinas rígidas de trabalho, além de administradores profissionais e decisões centralizadas no topo da estrutura hierárquica.
- ✓ Crise da administração pública burocrática a partir da década de 1970, com o surgimento, de um lado, do NPM, e de outro, da SPA.
- ✓ O NPM foi apresentado como a solução da Nova Direita para destravar a máquina burocrática. Baseia-se na melhoria da *performance* e da eficiência do setor público, com foco no atendimento de resultados.
- ✓ Dentro do escopo da SPA, a alternativa popular e sindical questionou o papel do Estado como único protagonista da gestão pública, propondo a necessidade de retomada e ampliação do participativismo. A SPA defende a co-gestão e a participação dos cidadãos nas decisões públicas.
- ✓ Surge então a DEG, compreendendo um conjunto de mudanças para tornar o governo mais ágil e focado no usuário. Busca superar as contradições do NPM e adere a críticas da SPA ao modelo gerencial-liberal.

É possível observar que as tecnologias de informação e comunicação são imprescindíveis nesse novo modelo de administração, uma vez que permitem a melhor alocação dos recursos públicos, a intercomunicação entre órgãos governamentais e a reformulação dos processos de governo. Passaram de ferramentas auxiliares a um importante meio de ampliação da eficácia da administração pública.

2.3 GOVERNO ELETRÔNICO

Sobre o conceito de Governo eletrônico ou e-government como o termo é conhecido internacionalmente:

[...] pode-se afirmar que representa o campo no qual o foco reside na gestão estatal intermediada pela tecnologia da informação, com a finalidade de melhorar o desempenho dos órgãos estatais, os serviços prestados, a disponibilidade de informações e a participação cidadã no destino da coisa pública (PRADO; SOUZA, 2014, p. 264).

Há ainda outros termos com o mesmo significado, quais sejam: e-gov, electronic government, e-governo, wired-government, governo digital, governo virtual e governança eletrônica.

De acordo com Diniz et al. (2009), entre as causas determinantes da adoção das tecnologias de informação e comunicação - TICs de forma estratégica pelos governos nos processos internos e na melhoria do serviços públicos destacam-se:

- ✓ Uso intensivo das TICs pelos cidadãos, empresas privadas e organizações não governamentais;
- ✓ Migração da informação baseada em papel para mídias eletrônicas e serviços online;
- ✓ Avanço e universalização da infraestrutura pública de telecomunicações e da internet;

- ✓ Outras causas associadas às forças provenientes do movimento de reforma do Estado, da modernização da gestão pública e da necessidade de maior eficiência do governo.

Uma forma muito utilizada para conceituar governo eletrônico é a divisão em grupos de atividades: e-Administração, e-Serviços públicos e e-Democracia.

A aplicação das TIC para uma melhor governança, a e-governança, tem então como áreas: a e-administração pública, que pressupõe melhoria dos processos governamentais e do trabalho interno do setor público com a utilização das tecnologias de informação e comunicação; e-serviços públicos, que prevê melhoria na prestação de serviços ao cidadão; e a e-democracia, que subentende maior e mais ativa participação do cidadão, possibilitada pelo uso das tecnologias de informação e comunicação no processo democrático (CUNHA; MIRANDA, 2013, p. 546).

No que diz respeito à e-Administração Pública, este conceito abrange tudo o que se construiu em tecnologia da informação dentro do governo, ao longo da história da informática pública brasileira. Inclui-se: suporte digital à definição da agenda política; elaboração, implementação, avaliação e controle de políticas públicas; suporte à tomada de decisão; integração de políticas públicas entre esferas de poder; obtenção de eficiência interna de processos, como compras, recursos humanos e controle de receitas e despesas; entre outros (CUNHA; MIRANDA, 2013).

Exemplos clássicos de e-Administração são o Comprasnet, a Central de viagens e a Nota Fiscal Eletrônica ao Consumidor. Além desses, pode-se mencionar o objeto de estudo deste trabalho: o SIAFI.

De acordo com Prado e Souza (2014), a dimensão e-Serviços públicos comprehende as relações de governo eletrônico voltadas à prestação de informações e serviços aos cidadãos e às empresas, bem como à interação entre cidadão, empresas e governo. Essa busca pela melhoria na prestação de serviços públicos teve seu auge na década de 1990, com a transferência de serviços para sites de órgãos da administração pública e para portais únicos dos municípios ou estados e centrais de atendimento ao público.

Exemplos de e-Serviços são os pagamentos de impostos, como o imposto de renda (nacional), o IPVA (estadual) e o IPTU (municipal).

Conforme mencionam Cunha e Miranda (2013), a prestação de serviços através de telefone celular iniciou-se nos anos 2000, com o Protocolo para aplicações Sem Fio – WAP, em caráter experimental. E a prestação de serviços consolidada, principalmente com o Serviço de Mensagens Curtas – SMS, no Paraná, Alagoas, São Paulo e no Rio Grande do Sul, como exemplos.

A dimensão e-Democracia está relacionada à utilização das TIC para proporcionar uma maior e mais ativa participação do cidadão nos processos democráticos (PRADO; SOUZA, 2014, p. 273).

A expressão e-democracia refere-se à ampliação da prática democrática utilizando as tecnologias de informação e comunicação. Envolve a comunicação entre Estado e cidadão (e a deste com o Estado) e, mais ainda, a comunicação entre todos os participantes do processo político. Trata de *accountability*, e vai além, na implementação da participação ativa do cidadão na elaboração, acompanhamento e controle das políticas públicas, suas práticas e resultados. Mais que o exercício de direitos, o termo e-democracia contempla o ativismo no exercício pleno da cidadania (CUNHA; MIRANDA, 2013, p. 550).

Exemplo de e-Democracia é o espaço de Consultas Públicas, disponibilizado pelo Governo Federal. As Consultas Públicas disponíveis nos portais dos órgãos federais permitem que cidadãos e empresas opinem sobre assuntos diversos, além de dialogar e conhecer o histórico da participação social.

Conforme Brasil (2018), a Estratégia de Governança Digital – EGD trata-se de um instrumento regulamentado pela Portaria nº 68/2016 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), vinculada ao Decreto nº 8.638/2016, que instituiu a Política de Governança Digital. Abrange o período de 2016 a 2019.

O propósito da EGD é orientar e integrar as iniciativas de transformação digital dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, por meio da expansão do acesso às informações governamentais, da melhoria dos serviços públicos digitais e da ampliação da participação social (BRASIL, 2018, p. 1).

Como pode ser observado, a EGD possui três eixos principais: Acesso à informação, Prestação de Serviços e Participação social. Veja no quadro a seguir a categorização dos objetivos estratégicos com base nos respectivos eixos:

Quadro 2 – Objetivos estratégicos da EGD

Eixo	Objetivos
Acesso à informação	Fomentar a disponibilização e o uso de dados abertos.
	Promover a transparência por meio do uso de TIC.
Prestação de serviços	Ampliar a oferta e aprimorar os serviços públicos por meio da transformação digital.
	Compartilhar e integrar infraestruturas, dados, processos, sistemas e serviços.
Participação social	Ampliar a participação social no ciclo de vida das políticas e serviços públicos.

Fonte: Adaptado de Brasil (2018).

Convém citar algumas iniciativas que visaram assegurar a realização dos objetivos estratégicos, de acordo com Brasil (2018).

No campo de acesso à informação, pode-se mencionar a disponibilização de plataformas digitais. O Decreto Presidencial nº 5.482 de 30 de junho de 2005 declarou que dados e informações sobre gastos, repasses de recursos e operações de descentralização e de crédito do Poder Executivo Federal poderão ser acessados através do Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, sítio eletrônico à disposição na Rede Mundial de Computadores – Internet. Outros exemplos de plataforma são o Portal Brasileiro de Dados Abertos e o Portal de Acesso a Informação.

No eixo da prestação de serviços, há o Decreto nº 8.936 de 19 de dezembro de 2016, o qual instituiu a Plataforma de Cidadania Digital e dispõe sobre a oferta de serviços digitais no âmbito da administração pública federal. Pode-se mencionar também a Plataforma de Análise de Dados do Governo Federal.

Por fim, na área da participação social, foi criado o portal Participa.br, inserido na Política Nacional de Participação.

2.4 CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO DO SIAFI

A década de 80 foi marcada por uma profunda crise econômica e pelo fim da ditadura (1964 a 1985). Ocorreu descontrole inflacionário, desarranjo nas contas públicas, instabilidade monetária e cambial, além do estancamento dos fluxos internacionais de crédito. Pode-se dizer que marca o fim de um longo ciclo nacional-desenvolvimentista, iniciado em 1930. Nesse intervalo de cinco décadas, o Brasil tornou-se uma sociedade industrial moderna, identificada por uma cadeia produtiva diversificada e uma classe operária numerosa e qualificada.

Dentro desse contexto, o Governo Federal convivia com uma ampla série de problemas de natureza administrativa que impactava negativamente a adequada gestão de recursos públicos e a preparação do orçamento unificado, até o exercício de 1986. Dentre eles: falta de informações gerenciais em todos os níveis da Administração Pública; defasagem na escrituração contábil; utilização de métodos rudimentares de trabalho, como os controles das disponibilidades financeiras e orçamentárias; inexistência de mecanismos eficientes para evitar o desvio de recursos públicos; entre outros.

Assim, a fim de resolver tais dificuldades, foi criada a Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em 10 de março de 1986, tendo como missão principal gerenciar as contas públicas de forma eficiente e transparente, de maneira a zelar pelo equilíbrio fiscal e pela qualidade do gasto público. A STN desenvolveu, em conjunto com Serviço Federal de Processamento de Dados – SERPRO, o SIAFI, implantando-o em janeiro de 1987.

O Sistema foi utilizado inicialmente pelo Poder Executivo, tendo se expandido gradualmente pelos demais Poderes, à medida da percepção das vantagens oferecidas. Na atualidade, utilizam o SIAFI todos os órgãos da Administração Direta e grande parte da Administração Indireta. As entidades que não o utilizam têm seus saldos contábeis integrados periodicamente, para fins de consolidação das informações econômico-financeiras do Governo Federal.

Com o SIAFI, diversos problemas relacionados ao controle e acompanhamento dos gastos públicos ficaram solucionados. Hoje o Governo Federal possui uma Conta Única para gerir, onde todas as saídas acontecem com o apontamento de sua aplicação. O SIAFI é a principal ferramenta utilizada para

registro, acompanhamento e controle da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

As vantagens do SIAFI apresentadas pela STN (2019) foram sintetizadas no quadro abaixo:

Quadro 3 – Ganhos com a implantação do SIAFI

Vantagens	Descrição
Na contabilidade	o gestor ganha rapidez na informação, qualidade e precisão em seu trabalho.
Nas finanças	Agilização da programação financeira, otimizando a utilização dos recursos do Tesouro Nacional, por meio da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal na Conta Única no Banco Central.
No orçamento	A execução orçamentária passou a ser realizada dentro do prazo e com transparência, completamente integrada a execução patrimonial e financeira.
Na execução do orçamento	Visão clara de quantos e quais são os gestores que executam o orçamento.
Nos impostos	Desconto na fonte de impostos; no momento do pagamento, já é recolhido o imposto devido.
Na auditoria	Facilidade na apuração de irregularidades com o dinheiro público.
Na transparência	Detalhamento total do emprego dos gastos públicos disponível em relatórios publicados no site.
Nas contas Bancárias	Fim da multiplicidade de contas.
Em relação a outros sistemas do Governo Federal	Sistema disponível 100% do tempo e on-line. Sistema centralizado, o que permite a padronização de métodos e rotinas de trabalho. Interligação em todo o território nacional. Utilização por todos os órgãos da Administração Direta (poderes Executivo, Legislativo e Judiciário). Utilização por grande parte da Administração Indireta. Integração periódica dos saldos contábeis das entidades que ainda não utilizam o SIAFI.

Fonte: Adaptado de STN (2019).

O SIAFI é um sistema dinâmico, sempre em processo de evolução, uma vez que precisa estar constantemente atualizado com a realidade econômica e financeira do país, bem como para atender às demandas de seus usuários.

2.5 ESTRUTURA DO SIAFI

O SIAFI trata-se de um sistema de informações centralizado em Brasília e ligado por teleprocessamento aos Órgãos do Governo Federal. Foi arquitetado para se estruturar por exercícios; assim, cada ano corresponde a um sistema diferente, por exemplo: SIAFI2017, SIAFI2018 e SIAFI2019.

Essa centralização facilita a padronização dos métodos e rotinas de trabalho de maneira que não implica em restrição ou rigidez à gestão dos recursos, cabendo este controle ao ordenador de despesa de cada Unidade Gestora – UG.

Cada sistema é constituído por subsistemas e estes, por módulos. Nestes estão agregadas as transações, nível em que ocorrem de fato as operações, que compreendem desde a entrada de dados até as consultas.

De acordo com a STN (2019), são vinte e um subsistemas, e estes podem ser organizados em cinco grupos principais: controle de haveres e obrigações; administração do sistema; execução orçamentária e financeira; organização de tabelas; e recursos complementares com aplicação específica.

Sobre a amplitude do Sistema, este abrange desde as propostas orçamentárias até a emissão das demonstrações contábeis. Assim, cabe dizer que dentre as várias facilidades oferecidas pelo SIAFI, este atende principalmente às tarefas básicas da gestão pública federal dos recursos arrecadados: execução orçamentária, execução financeira, programação financeira e Balanço Geral da União.

A execução orçamentária e financeira ocorrem simultaneamente. É necessário existir orçamento e financeiro para ocorrer a despesa. Enquanto a execução orçamentária pode ser definida como a utilização dos créditos constantes na Lei Orçamentária Anual – LOA, a execução financeira corresponde à efetiva utilização de recursos financeiros.

De acordo com Silva (2012), a execução do orçamento corresponde à realização das despesas públicas nele previstas, de maneira que o gasto seja legal e oficialmente autorizado pelo Legislativo, e obedecendo aos três estágios da

execução das despesas previstas na Lei 4.320/64: empenho, liquidação e pagamento.

Conforme o Art. 58 da Lei 4.320/64, “O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição”.

Conforme podemos perceber, o empenho caracteriza-se pela determinação (despacho) da autoridade competente (Ordenador da Despesa), em processo regular, autorizando que seja deduzida do saldo existente na respectiva dotação do Orçamento, ou em Crédito adicional, a parcela necessária à realização de uma despesa, objetivando a criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental ou à manutenção de uma atividade anteriormente criada (SILVA, 2012, p. 161).

Veja o que menciona o Art. 63 e o Art. 64 da Lei 4.320/64:

Art. 63. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

§ 1º Essa verificação tem por fim apurar:

I - a origem e o objeto do que se deve pagar;

II - a importância exata a pagar;

III - a quem se deve pagar a importância, para extinguir a obrigação.

§ 2º A liquidação da despesa por fornecimentos feitos ou serviços prestados terá por base:

I - o contrato, ajuste ou acordo respectivo;

II - a nota de empenho;

III - os comprovantes da entrega de material ou da prestação efetiva do serviço.

Art. 64. A ordem de pagamento é o despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

Parágrafo único. A ordem de pagamento só poderá ser exarada em documentos processados pelos serviços de contabilidade.

Como pode ser notado, a liquidação é o estágio no qual se verifica o direito adquirido pelo credor, com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito. Enquanto o pagamento consiste na entrega de numerário ao credor, que normalmente é efetuada por meio de crédito em conta bancária do favorecido (a ordem bancária específica o domicílio bancário do credor a ser

creditado pelo agente financeiro do Tesouro Nacional), e só pode acontecer após a liquidação da despesa. O pagamento extingue o débito ou obrigação.

A programação financeira é necessária porque nem sempre a entrada de receitas coincide, no tempo, com a necessidade de realização de despesas públicas. Assim, tem a finalidade de impedir eventuais insuficiências de tesouraria, efetuando um ajuste entre o ritmo da execução do orçamento e a entrada de recursos. O SIAFI permite o acompanhamento do cronograma de desembolso de cada UG. Através dele a UG elabora sua programação financeira, submete ao seu Órgão Setorial de programação e este ao Órgão Central.

O Balanço Geral da União – BGU obedece aos dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Compreende também as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e o Manual SIAFI. Abrange entidades da administração direta e indireta de todos os Poderes, que façam parte do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Fazem parte do BGU: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário e Balanço financeiro, exigidos pela Lei nº 4.320/1964. Consta, também, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e a Demonstração do Fluxo de Caixa.

3 METODOLOGIA

Na literatura existente não há uniformidade na abordagem das tipologias de delineamentos de pesquisa. Beuren et al. (2009) estabelecem uma categorização que entendem guardar uma relação mais estreita em termos de investigação na contabilidade.

De acordo com os objetivos estabelecidos neste trabalho, a pesquisa em foco classifica-se como descritiva. Nesse sentido, Andrade (2003, p. 124) afirma:

Neste tipo de pesquisa, os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que o pesquisador interfira neles. Isto significa que os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não manipulados pelo pesquisador.

De acordo com Beuren et al. (2009, p. 83), “Os procedimentos na pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtêm os dados”. Analisando tipologias sugeridas por alguns autores, comprehende-se que o presente trabalho enquadraria-se como pesquisa bibliográfica, pesquisa de levantamento e pesquisa de campo.

De acordo com Cervo e Bervian (1983 *apud* BEUREN et al., 2009), a pesquisa bibliográfica é a que explica determinado problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Este tipo de pesquisa pode ser realizado independentemente ou fazer parte de uma pesquisa descritiva ou experimental. Em qualquer das situações, busca conhecer e analisar contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado tema.

Beuren et al. (2009) explica que na elaboração de trabalho monográfico sempre se utilizará este tipo de pesquisa, principalmente porque há de se reservar um capítulo do trabalho para reunir a teoria condizente com o estudo, normalmente designado como fundamentação teórica ou revisão de literatura.

Rodrigues (2006, p. 89), define que pesquisa bibliográfica “é realizada a partir de fontes secundárias, ou seja, por meio de material já publicado, como livros, revistas e artigos científicos”.

Santos (2004, p. 28), explana que “Levantar informação é perguntar diretamente a um grupo de interesse a respeito dos dados que se deseja obter”. O enquadramento na tipologia pesquisa de levantamento decorre de que o instrumento de pesquisa utilizado no presente trabalho é o questionário. Assim, foi selecionada uma amostra, aplicou-se o referido questionário e os dados foram analisados quantitativamente.

Rodrigues (2006, p. 89) explica que a pesquisa de campo “é realizada a partir de dados obtidos no local (campo) onde o fenômeno surgiu, e ocorre em situação natural, espontaneamente”.

Santos (2004) expõe que a pesquisa de campo normalmente é feita por observação direta, levantamento ou estudo de caso.

No delineamento de pesquisa quanto à abordagem do problema, Rodrigues (2006) e Beuren et al. (2009) estabelecem dois possíveis enquadramentos para as tipologias de pesquisa: pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa. Entende-se que o presente trabalho enquadra-se como pesquisa quantitativa, pelo seguinte motivo: “Diferentemente da pesquisa qualitativa, a abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta quanto no tratamento dos dados.” (BEUREN et al., 2009, p. 92).

Quanto à natureza, Rodrigues (2006) e Andrade (2003) estabelecem que a pesquisa científica pode ser classificada como trabalho científico original ou resumo de assunto. A pesquisa aqui desenvolvida enquadra-se como resumo de assunto. Veja como esta tipologia é definida:

O resumo de assunto é um tipo de pesquisa que dispensa a originalidade, mas não o rigor científico. Trata-se de pesquisa fundamentada em trabalhos mais avançados, publicados por autoridades no assunto, e que não se limita à simples cópia das idéias. A análise e interpretação dos fatos e idéias, a utilização de metodologia adequada, bem como o enfoque do tema de um ponto de vista original são qualidades necessárias ao resumo de assunto (ANDRADE, 2003, p. 123).

Para Andrade (2003) e Santos (2004) cabe ainda a classificação quanto ao objeto/fontes de dados. Ambos os autores relacionam três possíveis enquadramentos da pesquisa em relação a este aspecto: bibliográfica, de laboratório e de campo. Como já mencionado no delineamento de pesquisa quanto aos procedimentos, o presente estudo trata-se de pesquisa de campo.

A fim de cumprir com os objetivos almejados neste trabalho, o instrumento de coleta de dados utilizado foi o questionário. O referido é constituído de quatro questionamentos, dentre os quais há uma questão fechada e três abertas.

Segundo Andrade (2003, p. 148), “Questionário é um conjunto de perguntas que o informante responde, sem necessidade da presença do pesquisador”.

“O questionário deve ser claro e limitado em extensão e estar acompanhado de notas que expliquem a natureza da pesquisa e ressaltem a importância e necessidade das respostas, a fim de motivar o informante” (BEUREN et al., 2009, p. 131).

Vale ressaltar que não se pretendeu, com o aludido questionário, encerrar todos os assuntos questionáveis sobre o SIAFI, mas, sim, investigar sobre os aspectos relacionados aos objetivos específicos mencionados que, na ótica desta pesquisa, podem contribuir para uma melhora significativa na qualidade do sistema e na experiência dos usuários do mesmo.

Os dados foram coletados no mês de outubro de 2019, na reitoria da UFRN, sendo o instrumento de pesquisa aplicado com servidores públicos que utilizam o SIAFI e atuam junto ao Departamento de Contabilidade e Finanças, bem como na Coordenadoria de Convênios de Despesa e na Coordenadoria de Convênios de Receita da referida autarquia.

Para a obtenção da amostra de servidores que participaram da pesquisa, foi utilizada a amostragem por acessibilidade ou conveniência, que é um tipo de amostragem não probabilística (não se usam formas aleatórias de seleção das amostras) em que o pesquisador apenas obtém os elementos que são de mais fácil acesso. Assim sendo, o instrumento de pesquisa foi aplicado junto a 20 (vinte) servidores da Universidade.

Importante mencionar que a presente pesquisa trata-se de um estudo de corte transversal, que significa que os dados coletados são referentes a um momento específico.

A análise e interpretação dos dados foram realizadas com o auxílio do programa de planilha eletrônica Microsoft Office Excel. Através deste programa, os dados foram tabulados e organizados. Foi realizada análise descritiva, de uma forma geral, e análise de conteúdo para as questões abertas.

4 ANÁLISES DOS RESULTADOS

Inicialmente cabe traçar um perfil dos respondentes, conforme proposto no item 1 do questionário aplicado. Quanto ao cargo, são seis Contadores, sete Técnicos em Contabilidade, seis Assistentes em Administração e um Economista. Destes, oito exercem funções relacionadas à chefia/direção de setor. No que diz

respeito ao tempo de uso do SIAFI, é interessante observar que: quase todos possuem no mínimo dois anos de experiência, a exceção é de apenas um servidor; mais de 50% (cinquenta por cento) utilizam o sistema há pelo menos sete anos; e 15% (quinze por cento) utilizam o sistema desde a sua implantação em 1987.

No item 2.1 do questionário, buscou-se verificar a adequação dos objetivos do SIAFI. Os resultados estão na tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Adequação dos objetivos do SIAFI

Objetivo	% de concordância dos servidores
Prover mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial.	100
Fornecer meios para agilizar a programação financeira, otimizando a utilização dos recursos do Tesouro Nacional, através da unificação dos recursos de caixa do Governo Federal.	65
Permitir que a contabilidade pública seja fonte segura e tempestiva de informações gerenciais.	70
Padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos, sem implicar rigidez ou restrição a essa atividade, uma vez que ele permanece sob total controle do ordenador de despesa de cada unidade gestora;	40
Integrar e compatibilizar as informações no âmbito do Governo Federal;	80
Permitir o acompanhamento e a avaliação do uso dos recursos públicos;	75
Proporcionar a transparência dos gastos.	70

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Os resultados na tabela acima evidenciam que todos os servidores percebem mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial na UFRN. E embora nenhum dos objetivos tenha permanecido sem resposta, há alguns que mostraram merecer maior atenção no sentido de verificar o que pode ser feito para trazer melhorias na gestão dos mesmos, como é o caso de:

- ✓ fornecer meios para agilizar a programação financeira, otimizando a utilização dos recursos do Tesouro Nacional e
- ✓ padronizar métodos e rotinas de trabalho relativas à gestão dos recursos públicos, sem implicar rigidez ou restrição a essa atividade.

As respostas ao item 3.1 do questionário foram utilizadas para fins de facilitar a compreensão da opinião dos servidores, através da identificação das atividades que os mesmos realizam no SIAFI. Isso facilitou o processo da análise de conteúdo.

No item 3.2 do instrumento de pesquisa procurou-se identificar vantagens (pontos positivos) na utilização do SIAFI constatadas pelos servidores. Assim sendo, através da análise de conteúdo, identificou-se que as respostas poderiam ser divididas em seis categorias: Execução orçamentária e financeira, Qualidade da informação, Operacionalização do sistema, Qualidade dos relatórios, Transparência e Outras. Veja a tabela 2 abaixo:

Tabela 2 – Pontos positivos na utilização do SIAFI

Categoria	% de participação nas respostas
Execução Orçamentária e Financeira	22,50
Qualidade da Informação	17,50
Operacionalização do Sistema	30,00
Qualidade dos Relatórios	15,00
Transparência	5,00
Outras	10,00

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Sobre a Execução orçamentária e financeira, os respondentes evidenciaram satisfação mencionando o controle de todo o processo, a disponibilidade de informações, a otimização da utilização de recursos, entre outros. Isso corrobora o resultado do item 2.1 do questionário.

Na categoria Qualidade da informação, foram citados: tempestividade, precisão, confiabilidade e atualidade. No que diz respeito à Qualidade dos relatórios, as características citadas foram: completos, confiáveis, precisos, transparentes e otimizados ao longo do tempo.

A Transparência foi citada tanto de maneira genérica, sem maiores definições, como também sobre o total dos recursos movimentados.

Na Categoria Outras, mencionou-se: território nacional interligado, geração de relatórios pelo Tesouro Gerencial, emissão de relatórios orçamentários e financeiros, e a comunicação com outros sistemas. No item 3.3 do questionário buscou-se identificar desvantagens (pontos negativos) na utilização do SIAFI constatadas pelos servidores. Com a análise de conteúdo identificou-se que as

respostas poderiam ser divididas também em seis categorias: Obtenção de relatórios, Obtenção de informações, Operacionalização do sistema, Conexão do sistema e Outras.

Tabela 3 – Pontos negativos na utilização do SIAFI

Categoria	% de participação nas respostas
Obtenção de relatórios	16,13
Obtenção de informações	12,90
Operacionalização do sistema	29,03
Conexão do sistema	16,13
Integração com outros sistemas	6,45
Outras	19,35

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Tanto quando questionados sobre as vantagens, como quando questionados sobre as desvantagens, os respondentes mencionaram com maior frequência aspectos relacionados à operacionalização do sistema. Dentro dessa categoria, nas vantagens, mencionou-se, por exemplo, a rapidez na obtenção de informações contábeis, a automatização de trabalhos repetitivos e a plataforma de fácil compreensão. Já nas desvantagens, foram mencionados erros de página, informação muito codificada, excesso de comandos para autenticação no sistema, entre outros.

Sobre a Obtenção de relatórios, além de dificuldade em gerar os mesmos, mencionou-se que não abrangem uma quantidade satisfatória de informações, e também que os relatórios de pagamento só podem ser emitidos através do Tesouro Gerencial, não estando disponíveis no SIAFI operacional. Tendo em vista que este resultado está indo de encontro àqueles encontrados na categoria Qualidade dos Relatórios, é notório que os usuários podem ter diferentes experiências sobre o mesmo assunto, podendo indicar falta de treinamento adequado.

Na categoria Obtenção de informações foi citada a dificuldade de filtrar as informações necessárias e que o processo para obter informações sobre pagamentos e tramitação de processos é burocrático, com excesso de trâmites. Isso pode ser reflexo das dificuldades com os relatórios.

Sobre a Conexão do sistema, as críticas foram principalmente sobre a desconexão por inatividade em um curto espaço de tempo. Porém foi mencionada também a instabilidade do sistema.

Sobre a Integração com outros sistemas, foi citada a dificuldade com o Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE para apropriação da folha de pagamento, e a dificuldade com outros sistemas de maneira geral. O que também vai de encontro ao que foi citado nos pontos positivos anteriormente e leva a acreditar que existe a comunicação com outros sistemas, mas que há pontos importantes que podem ser aperfeiçoados.

Na categoria Outras, mencionou-se: ausência de comunicação com o suporte do sistema; horário de funcionamento/acesso; falta de transparência; e ausência de um guia prático para demandas do dia-a-dia. Além disso, houve quem não considerasse a existência de pontos negativos na utilização do sistema.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática desenvolvida neste trabalho buscou refletir sobre o SIAFI como ferramenta criada com o objetivo de oferecer melhorias para a gestão pública, particularmente no que diz respeito ao orçamento, à contabilidade e às finanças. Através da pesquisa em material bibliográfico, informações disponíveis em *sites* oficiais do governo e do questionário aplicado com servidores públicos foi possível desenvolver o tema.

No decorrer do trabalho, foram realizadas considerações importantes sobre sistemas de informação, evolução da tecnologia da informação na gestão pública, governo eletrônico, bem como se discorreu sobre a evolução do SIAFI.

De acordo com os conceitos observados é possível classificar o SIAFI como um SPT, uma vez que é amplamente utilizado para realizar transações rotineiras necessárias ao funcionamento organizacional. Mas apresenta também traços de um SIG, pois auxilia na tomada de decisões.

Observa-se também que no processo de reforma do aparelho estatal o referido sistema se adapta à Governança da Era Digital, uma vez que contribui para a melhor alocação dos recursos públicos e para a eficácia da gestão pública.

No campo do governo eletrônico o SIAFI aparece como um exemplo típico de e-Administração Pública, principalmente por sua atuação no controle de receitas e despesas e como suporte à tomada de decisão.

De acordo com os resultados apresentados no Capítulo 4, é possível constatar que os objetivos específicos deste estudo foram alcançados, tendo como principais conclusões que:

1. O SIAFI atende satisfatoriamente ao objetivo de prover mecanismos adequados ao controle diário da execução orçamentária, financeira e patrimonial aos órgãos da Administração Pública, de acordo com a unanimidade dos respondentes ao instrumento de pesquisa;
2. Os objetivos de fornecimento de meios para agilização da programação financeira e de padronização de métodos e rotinas de trabalho são aqueles que necessitam de maior atenção no sentido de identificar possíveis melhorias;
3. Os pontos positivos encontrados na utilização do SIAFI corroboram várias vantagens do sistema elencadas pela Secretaria do Tesouro Nacional;
4. Os pontos negativos encontrados na utilização do SIAFI indicam que pode haver falta de treinamento adequado para os usuários do mesmo, sendo isso enfatizado pelos relatos de dificuldades com o suporte do sistema, de ausência de manuais práticos e sobretudo com a maneira de operá-lo.

Como limitação da presente pesquisa pode-se mencionar a sua realização em apenas uma universidade, sendo que para maior aprofundamento do tema seria necessário um comparativo com dados advindos de outras instituições, sugerindo-se aqui tal abordagem para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico:** elaboração de trabalhos na graduação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ARAUJO, Marcelo Henrique de; REINHARD, Nicolau; CUNHA, Maria Alexandra. Serviços de governo eletrônico no Brasil: uma análise a partir das medidas de acesso e competências de uso da internet. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 4, p.676-694, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122018000400676&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jul. 2019

BALBE, Ronald da Silva. Uso de tecnologias de informação e comunicação na gestão pública: exemplos no governo federal. **Revista do Serviço Público**, Brasília, v. 1, p.189-209, 2010. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1613>>. Acesso em: 11 out. 2019.

BEUREN, Ilse Maria et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade:** teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BRASIL. Lei nº 4320, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. BRASÍLIA, DF, 4 maio 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Estratégia de Governança Digital:** Transformação Digital – cidadania e governo. Brasília: MP, 2018. Disponível em: <<https://www.governodigital.gov.br/EGD/documentos/revisao-da-estrategia-de-governanca-digital-2016-2019.pdf>>. Acesso em: 11 out. 2019.

CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego; POSSAMAI, Ana Júlia. **Governança de TI:** transformando a administração pública no Brasil. Porto Alegre: Ws, 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/79095>>. Acesso em: 10 out. 2019.

CUNHA, Maria Alexandra Viegas Cortez da; MIRANDA, Paulo Roberto de Mello. O uso de TIC pelos governos: uma proposta de agenda de pesquisa a partir da produção acadêmica e da prática nacional. **Organ. Soc.**, Salvador, v. 20, n. 66, p.543-566, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302013000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jul. 2019.

DINIZ, Eduardo Henrique et al. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p.23-48, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000100003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 jul. 2019.

GORDON, Steven R.; GORDON, Judith R. **Sistemas de informação:** uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

LAUDON, Kenneth; LAUDON, Jane. **Sistemas de informações gerenciais.** 9. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MARANGONI, Gilberto. **Anos 1980, década perdida ou ganha?** 2012. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2759:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 11 out. 2019.

MELO, Denise Maria Albino. **Análise do SIAFI como ferramenta de auxílio à gestão pública:** o caso de uma instituição de ensino superior. 2016. 61 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração Pública, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção, 2016. Disponível em: <<http://repositorio.unilab.edu.br:8080/jspui/bitstream/123456789/501/1/Denise%20Melia%20Albino%20Melo.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2019.

PACHECO, Roberto C. S.; TAIT, Tania Fatima Calvi. Tecnologia de informação: evolução e aplicações. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, v. 8, n. 14, p.97-113, maio 2000. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/tee/article/view/4816>>. Acesso em: 11 out. 2019.

PRADO, Edmir; SOUZA, Cesar Alexandre de. **Fundamentos de sistemas de informação.** 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

RODRIGUES, Auro de Jesus. **Metodologia científica:** completo e essencial para a vida universitária. São Paulo: Avercamp, 2006.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. **Metodologia científica:** a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

Secretaria do Tesouro Nacional. **SIAFI.** Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi>>. Acesso em: 11 out. 2019.

SILVA, Valmir Leôncio da. **A nova contabilidade aplicada ao setor público:** uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 2012.